**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2019**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul torna público o presente Edital de Chamamento Público, que visa à convocação de **Pessoas Jurídicas Representativas de Arquitetos e Urbanistas, com sede e atividade no Estado Rio Grande do Sul, sem fins lucrativos, compostas exclusivamente por Arquitetos e Urbanistas, pessoas físicas ou jurídicas, ou por entidades com instâncias deliberativas compostas exclusivamente por Arquitetos e Urbanistas**, para que apresentem ações relevantes para essa área, a serem selecionadas para receber **PATROCÍNIO** do CAU/RS, conforme as disposições da Lei n.º 13.019/2014, do Decreto n.º 8.726/2016; da Resolução CAU/BR n.º 94, de 7 de novembro de 2014, e da Portaria Normativa n.º 014/2018 do CAU/RS.

**CRONOGRAMA**

|  |  |
| --- | --- |
| **PUBLICAÇÃO DO EDITAL** | **09/12/2019** |
| **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/PLANOS DE TRABALHO JÁ CONTEMPLANDO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL** | **10/12/2019 a 23/01/2020, até às 17h[[1]](#footnote-1)** |
| **TERMO FINAL DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO OU PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL** | **13/01/2020, até às 17h[[2]](#footnote-2)** |
| **SESSÃO PÚBLICA – ABERTURA DOS ENVELOPES PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO** | **27/01/2020, às 10h[[3]](#footnote-3)** |
| **PUBLICAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS** | **20/02/2020[[4]](#footnote-4)** |
| **PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO DA SELEÇÃO** | **28/02/2020, até às 17 h[[5]](#footnote-5)** |
| **PRAZO PARA ANÁLISE E RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO OU ENVIO DO RECURSO PARA A PRESIDÊNCIA DO CAU/RS** | **ATÉ CINCO DIAS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO[[6]](#footnote-6)** |
| **DECISÃO FINAL DO RECURSO PELO CAU/RS** | **ATÉ DEZ DIAS DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO [[7]](#footnote-7)** |
| **PUBLICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DOS PLANOS DE TRABALHO E HABILITAÇÃO JURÍDICA APROVADAS** | **DE 02/03/2020 a 09/03/2020** |
| **INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA DA PARCERIA** | **ATÉ 16/03/2020[[8]](#footnote-8)** |
| **ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO** | **23/03/2020** |
| **PERIODO DE EXECUÇÃO DOS PATROCINIOS** | **ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2020.** |

1. **PERÍODO E LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES**
   1. Os envelopes contendo as propostas, os planos de trabalho já contemplando o cronograma de desembolso e os documentos para habilitação jurídica e verificação da regularidade fiscal das entidades proponentes, **serão recebidos no período de 10/12/2019 à 23/01/2020, no Protocolo Geral do CAU/RS, na Rua Dona Laura, n.º 320, 15º andar, com horário de funcionamento das 9h às 17h**.
2. **DA ABERTURA DOS ENVELOPES**
   1. A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública pela Comissão de Seleção do CAU/RS no dia 27/01/2020, às 10h, na sede do CAU/RS.
   2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização desse evento na data acima mencionada, o Chamamento Público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente independente de nova comunicação.
3. **DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES**
   1. Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas por meio do sítio do CAU/RS, no Menu Transparência, submenu Licitações – Chamadas Públicas.
4. **DO OBJETO**
   1. O presente edital de Chamamento Público tem como objetivo a convocação de Pessoas Jurídicas Representativas de Arquitetos e Urbanistas, com sede e atividade no Estado Rio Grande do Sul, sem fins lucrativos, tendo como filiados pessoas físicas ou jurídicas da Arquitetura e Urbanismo, que contribuam para promover a produção e a difusão do conhecimento, estimular o desenvolvimento e a consolidação do ensino e do exercício profissional, bem como consolidar a imagem dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo e o seu compromisso com o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo, doravante denominada **PROPONENTES**, que apresentem ações relevantes para a Arquitetura e Urbanismo, a serem selecionadas para receber **PATROCÍNIO** do CAU/RS.
5. **DA JUSTIFICATIVA**
   1. Para cumprir sua Missão Institucional de promover a Arquitetura e Urbanismo para todos, o CAU/RS distribui suas ações dentro de um Mapa Estratégico composto por diversos Objetivos Estratégicos. A concessão de Patrocínio pelo CAU/RS enquadra-se dentro dos objetivos estratégicos *“Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo”* e *“Fomentar o acesso da sociedade a Arquitetura e Urbanismo”*. Dentro do Plano de Ação de 2020, foi destinado 3% (três por cento) da Receita de Arrecadação Líquida do Conselho para patrocínios de ações de Entidades de Arquitetos e Urbanistas.
6. **DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**
   1. Poderão participar deste Edital as proponentes, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 13.019, de 2014.
   2. Cada proponente poderá enviar tantos projetos quantos quiser. No entanto, esta terá, no máximo, 04 (quatro) projetos aprovados.
7. **DOS VALORES A SEREM REPASSADOS**
   1. O CAU/RS disponibilizará para a presente Chamada Pública de Patrocínio o montante total de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), em quotas de, no máximo, R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
8. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes estão previstas no Planejamento Orçamentário do CAU/RS para o ano de 2020, na Conta – Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades, vinculada ao Centro de Custo – Edital de Patrocínio para Projetos de Entidades de Arquitetos e Urbanistas.
9. **DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
   1. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail **parcerias@caurs.gov.br**, ou por petição dirigida ou protocolada na sede do CAU/RS. A resposta às impugnações caberá ao Presidente do CAU/RS;
   2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: **parcerias@caurs.gov.br**. Os esclarecimentos serão prestados pelo gestor dos patrocínios designado pelo CAU/RS.
   3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
   4. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando‐se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.
10. **REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**
    1. Para a celebração do termo de fomento, a proponente deverá atender aos seguintes requisitos:
11. Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado;
12. Haver previsão expressa de que, em caso de dissolução da proponente, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei n.º 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da proponente.
13. Manter sua escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
14. Possuir, no momento da apresentação da proposta, no mínimo 03 (três) anos de existência, com cadastro ativo, nos termos previstos na alínea “a”, inciso V do art. 33 da Lei n.º 13.019/2014, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ. Na hipótese de ausência de propostas suficientes, cujas proponentes atendam a este requisito, a critério do CAU/RS serão analisadas as propostas realizadas por proponentes que comprovem menor tempo de existência;
15. Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, a ser comprovada no momento da entrega da proposta;
16. Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da proponente. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;
17. Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do artigo 26, caput, inciso III, do Decreto n.º 8.726/2016. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;
18. Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações;
19. Apresentar, na forma dos incisos V e VI do art. 34 da Lei n.º 13.019/2014, cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da proponente, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;
20. Comprovar que funciona no endereço declarado pela proponente, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo;
21. Atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese da proponente se tratar de sociedade cooperativa.
    1. Ficará impedida de celebrar o termo de fomento ou de colaboração ou acordo de cooperação, a proponente que incorra em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 39 da Lei n.º 13.019/2014.
22. **DO PATROCÍNIO**
    1. A concessão de **PATROCÍNIO** pelo CAU/RS deve observar as seguintes orientações:
23. Poderão ser patrocinados os projetos:
24. Que tenham relevância para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo no Rio Grande do Sul, organização dos profissionais, aperfeiçoamento do exercício profissional dos Arquitetos e Urbanistas e educação continuada em Arquitetura e Urbanismo; e
25. De âmbito de competência do CAU/RS que disseminem informações e promovam o conhecimento e o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo.
26. Não poderão ser patrocinados os projetos:
27. Em desacordo com a missão institucional e finalidade do CAU/RS;
28. Que não evidenciem benefícios para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo no Estado do Rio Grande do Sul;
29. Cujo proponente tenha prestação de contas de patrocínio anterior não aprovada ou que esteja inadimplente perante o CAU/RS, qualquer que seja a motivação;
30. Cujo proponente tenha prestação de contas de patrocínio em aberto em exercício que não seja o imediatamente anterior;
31. Realizado, organizado ou coordenado pelo CAU/BR ou por outro CAU/UF; e
32. Em que haja cobrança de ingressos ou imposição de quaisquer outros custos para arquitetos e urbanistas ou público em geral, salvo quando forem integralmente revertidas ao projeto ou creditadas ao CAU/RS, hipóteses que deverão ser especificadas no termo de fomento e confirmadas mediante a prestação de contas da proponente. A eventual previsão de cobrança de ingressos deverá constar na Proposta/Plano de Trabalho, não servindo de percentual de contrapartida da entidade.
33. O CAU/RS poderá recusar a concessão de **PATROCÍNIO** sempre que, mesmo apresentadas as contas de convênios anteriores e pendentes de exames, constatem-se deficiências na execução do objeto ou na própria prestação de contas.
    1. O CAU/RS poderá patrocinar projetos relevantes para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo assim classificados:
34. Eventos: feiras, encontros profissionais, palestras, cursos, conferências, seminários, congressos, premiações e atividades afins organizadas pelo proponente;
35. Curadoria de eventos: palestras, dinâmicas de grupo, oficinas e palestras de abertura, a serem concebidas ou organizadas para eventos do CAU/RS; e
36. Produções: audiovisuais, exposições, catálogos, publicações, aplicativos para computador e dispositivos móveis, sítios de internet e outras produções propostas e aceitas pelo CAU/RS.
    1. O CAU/RS poderá patrocinar projetos que contemplem pelo menos 01 (um) dos seguintes objetivos:
37. Promovam a produção de conhecimento que oriente o exercício profissional e o seu aperfeiçoamento, prioritariamente;
38. Potencializem a conquista e ampliação do campo de atuação profissional;
39. Promovam a produção e a disseminação de material técnico/profissional de interesse da Arquitetura e Urbanismo;
40. Promovam a articulação e fortalecimento das entidades de Arquitetura e Urbanismo no Rio Grande do Sul;
41. Ampliem a visibilidade institucional e fortaleçam a imagem do CAU/RS; e
42. Sensibilizem, informem, eduquem e difundam conhecimentos e/ou troca de experiências com vista ao desenvolvimento, modernização e fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo.
    1. O processo de seleção dos projetos a serem patrocinados terá as seguintes fases:
43. Recebimento das propostas, planos de trabalho e documentos para habilitação jurídica;
44. Seleção e aprovação das propostas, planos de trabalho e habilitação jurídica; e
45. Contratação.
    1. O CAU/RS patrocinará evento ou produção em até 90% (noventa por cento) do orçamento total deste, limitada a participação do CAU/RS ao valor máximo da quota estabelecido em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), devendo o proponente comprovar a sua capacidade de obter o restante dos recursos de fontes próprias ou diversas, conforme ilustrado nas hipóteses exemplificativas abaixo:

**Hipótese 1 -** Custo total do projeto apresentado pela proponente: **R$ 50.000,00 (100%)**;

Valor da quota máxima patrocinada pelo CAU/RS: **R$ 40.000,00** (equivalente a 80%, ou seja, <= 90%);

Valor restante a ser comprovado pela proponente com fontes próprias ou diversas: **R$ 10.000,00** (20% do total do projeto).

**Hipótese 2 -** Custo total do projeto apresentado pela proponente: **R$ 44.444,45 (100%)**;

Valor da quota máxima patrocinada pelo CAU/RS: **R$ 40.000,00** (equivalente a 90%);

Valor restante a ser comprovado pela proponente com fontes próprias ou diversas: **R$ 4.444,45** (10% do total do projeto).

**Hipótese 3 -** Custo total do projeto apresentado pela proponente: **R$ 40.000,00 (100%)**;

Valor da quota máxima patrocinada pelo CAU/RS: **R$ 36.000,00** (equivalente a 90%);

Valor restante a ser comprovado pela proponente com fontes próprias ou diversas: **R$ 4.000,00** (10% do total do projeto).

**Hipótese 4 -** Custo total do projeto apresentado pela proponente: **R$ 30.000,00 (100%)**;

Valor da quota máxima patrocinada pelo CAU/RS: **R$ 27.000,00** (equivalente a 90%);

Valor restante a ser comprovado pela proponente com fontes próprias ou diversas: **R$ 3.000,00** (10% do total do projeto).

1. **DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
   1. As proponentes deverão enviar a documentação necessária às propostas, planos de trabalho já contemplando o cronograma de desembolso, documentos para habilitação jurídica e comprovação da regularidade fiscal até o dia 23/01/2020, às 17hs, em envelopes separados conforme abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

**ENVELOPE N.º 1** – PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO COM CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2019

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

**ENVELOPE N.º 2** – HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2019

1. **DA DOCUMENTAÇÃO**
   1. A proponente deverá apresentar a documentação da seguinte forma:
   2. **NO ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA / PLANO DE TRABALHO,** que conterá:
2. **Informações acerca da Proposta do Patrocínio, conforme item 01 do anexo nº 01, composta de:**
   1. Dados Cadastrais da Entidade proponente;
   2. Apresentação da entidade proponente;
   3. Nome do evento, projeto ou ação proposta;
   4. Descrição do evento, projeto ou ação proposta;
   5. Objetivos do evento, projeto ou ação;
   6. Justificativa do projeto ou ação;
   7. Produtos gerados com o evento, projeto ou ação e seus desdobramentos;
   8. Público-alvo;
   9. Abrangência geográfica;
   10. Contribuições do evento, projeto ou ação para o segmento da Arquitetura e Urbanismo;
   11. Programação do evento, projeto ou ação;
   12. Estimativa de custo total do evento, projeto ou ação;
   13. Valor solicitado, limitado a 90% do custo total do evento, projeto ou ação, respeitando-se, ainda, a quota máxima por proposta de patrocínio especificada no Edital em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
   14. Valor a ser custeado pela proponente, observando-se o mínimo de 10 % (dez por cento) do valor total do evento projeto ou ação;
   15. Valor(es) a ser(em) custeado(s) por outra(s) fonte(s) - Especificar o(s) valor(es) e fonte(s);
   16. Plano de divulgação do evento, projeto ou ação;
   17. Proposta de Identificação Visual do evento ou ação, caso exista, com indicação de suas características técnicas e com a proposta de aplicação da logomarca do CAU/RS;
   18. Contrapartidas – Proposta de retorno institucional para o CAU/RS;
3. **Informações acerca do Plano de Trabalho, conforme item 02 do anexo nº 01, composta de:**
   1. Metas e Atividades;
   2. Metodologia adotada, consubstanciada na forma de execução das atividades do evento, projeto ou ação visando o cumprimento das metas;
   3. Descrição das atividades;
   4. Receitas e despesas;
   5. Cronograma de Desembolso do CAU/RS e da proponente e de outras fontes;
   6. Detalhamento da aplicação dos recursos financeiros, com totais por tipo de despesa e geral, e ainda, evidenciando as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, na forma do artigo 38, do Decreto n.º 8.726/2016; e
   7. Declaração quanto à inexistência de qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Federal ou Entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do CAU/RS para aplicação na forma prevista e determinada pelo Plano de Trabalho.
   8. **NO ENVELOPE N.º 2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL, que conterá:**
4. **Os documentos vigentes de habilitação jurídica, mediante folha de rosto que enumere e indique os documentos fornecidos pela proponente, conforme anexo nº 3, quais sejam:**
5. Ato constitutivo, contrato social ou estatuto social com as alterações, se houver, devidamente registrados nos órgãos competentes, contendo:

**a.1.** Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

**a.2.** Que, em caso de dissolução da proponente, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra entidade de igual natureza cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; e

**a.3.** Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a proponente existe há, no mínimo, 03 (três) anos com cadastro ativo;
2. Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto do patrocínio ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

**c.1.** Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais ou outras empresas;

**c.2.** Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

**c.3.** Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela proponente ou a respeito dela;

**c.4.** Currículos profissionais de integrantes da proponente, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

**c.5.** Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou propostas relacionadas ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

**c.6.** Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela proponente;

1. Prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal de contribuintes, se houver;
2. Relação nominal atualizada dos dirigentes da proponente, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
3. Cópia de documento que comprove que a proponente funciona no endereço por ela declarado, como, por exemplo, conta de consumo;
4. **Declaração do representante legal da proponente com as seguintes informações**, **conforme anexo nº 2:**

**g.1.** Que a proponente e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no artigo 39, da Lei n.º 13.019/2014;

**g.2.** Que estão presentes na proponente todas as condições necessárias para a exequibilidade da parceria, nos termos do artigo 26, inciso X, do Decreto n.º 8.726/2016;

**g.3.** Que cumpre integralmente ao previsto no artigo 27, do Decreto n.º 8.726/2016; e

**g.4**. Que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, se for o caso.

1. Ata de eleição e/ou ato de designação das pessoas habilitadas a representar a proponente, se for o caso;
2. **Os documentos para comprovação da regularidade fiscal, mediante folha de rosto que enumere e indique os documentos fornecidos pela proponente, conforme anexo nº 4, quais sejam:**
3. Certidão conjunta negativa de débitos relativas a tributos federais e à dívida ativa da União;
4. Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
5. Certidões negativas de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;
6. Certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida pelo órgão competente da Justiça do Trabalho.
   1. Caso a proponente apresente mais de uma proposta para a obtenção de patrocínio, a documentação para a habilitação jurídica e comprovação da regularidade fiscal acima solicitada deverá ser fornecida apenas uma vez, sendo que a habilitação jurídica devidamente realizada no primeiro processo da proponente será utilizada nos demais, mediante a emissão de certidão de habilitação jurídica e regularidade fiscal da proponente pelo CAU/RS.
   2. Os documentos deverão ser entregues, por meio de originais ou por qualquer processo de autenticação por tabelião de notas ou por funcionário do CAU/RS, pessoalmente, por via postal ou qualquer outro meio similar no Protocolo do CAU/RS.
   3. Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese de o documento não conter prazo de validade o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua emissão.
   4. Os documentos apresentados fora das especificações e dos prazos fixados no Edital poderão implicar a não celebração da parceria.
7. **DA SELEÇÃO E DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS/PLANOS DE TRABALHO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**
   1. A Comissão de Seleção designada pelo Plenário do CAU/RS, receberá os envelopes para que os seus membros possam examinar os documentos.
   2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer proponente participante do Chamamento Público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei n.º 12.813/2013.
   3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.
   4. A fase de seleção e aprovação das propostas, compreende a análise do mérito das propostas recebidas pela Comissão de Seleção, de acordo com as informações apresentadas no formulário, bem como a aprovação dos planos de trabalho e cronograma de desembolso e, ainda, a verificação dos documentos para habilitação jurídica e regularidade fiscal das proponentes.
   5. A Comissão de Seleção poderá suspender a sessão sempre que julgar necessário para analisar os documentos, objetivando confirmar as informações prestadas.
   6. As propostas deverão atender aos objetivos dispostos neste Edital, bem como estar adequadas ao valor de referência ou teto do Edital.
   7. Na avaliação, serão analisadas as propostas e será considerado o grau de adequação aos objetivos com base nos critérios de julgamento a seguir dispostos:
8. **Originalidade/Inovação da proposta – Critérios de Mérito – nota máxima 1,0**:
9. Propostas inéditas serão analisadas pelos aspectos de originalidade e de pertinência em relação ao edital;
10. Propostas com histórico de realização serão avaliadas pela relevância das inovações propostas com foco no edital.
11. **Clareza na apresentação e capacidade operacional da proposta – nota máxima 2,0:**
12. As propostas serão avaliadas por sua qualidade na apresentação;
13. Será considerada a exequibilidade e aspectos técnico-operacionais;
14. Será avaliada a clareza na exposição dos objetivos, a coerência do cronograma de execução, da qu
15. ota solicitada e da estratégia de divulgação.
16. **Qualidade das contrapartidas – nota máxima 3,0**:
17. Serão avaliados os métodos de divulgação e o potencial de resultado para a divulgação do CAU/RS para Arquitetos e Urbanistas e para a sociedade do Estado do Rio Grande do Sul;
18. Será avaliada a participação da proponente, especialmente se essa for superior ao mínimo de 10% (dez por cento) do valor total do evento.
19. **A relevância da proposta que promova o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo – nota máxima 4,0:**
20. Potencial da proposta para a produção e difusão do conhecimento para a Arquitetura e Urbanismo no Estado do Rio Grande do Sul;
21. A relevância em relação às contribuições para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo no Estado do Rio Grande do Sul;
22. Promoção, desenvolvimento e fortalecimento do ensino e do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo no Estado do Rio Grande do Sul;
23. Potencialização, conquista e ampliação do campo de atuação profissional no Estado do Rio Grande do Sul;
24. Promoção, articulação e fortalecimento das pessoas jurídicas de Arquitetura e Urbanismo no Estado

do Rio Grande do Sul.

* 1. A Comissão de Seleção deverá, em seu parecer, elencar os aspectos que foram considerados na proposta para a sua aprovação ou desaprovação.
  2. Será classificada em primeiro lugar a proposta que atingir a maior pontuação.
  3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (I). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (II), (IV) e (III). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a proponente com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.
  4. Serão desclassificadas as propostas:

1. Que possuam pontuação inferior a 6,0 (seis) pontos;
2. Que não se adequem aos objetivos e ao valor de referência ou teto do edital;
3. Que estiverem com contas reprovadas em quaisquer convênios/termos firmados com o CAU/RS;
4. De proponentes que tenham, em suas relações anteriores com o CAU/RS, incorrido em algumas das seguintes condutas:
5. Omissão no dever de prestar contas;
6. Descumprimento injustificado do objeto de patrocínio;
7. Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
8. Ocorrência de dano ao erário; e
9. Prática de outros atos ilícitos na execução de objeto de patrocínio.
   1. A Proposta/Plano de Trabalho deverá estar de acordo com as informações apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes no Edital. Para fins do disposto nesse item, o CAU/RS poderá solicitar a realização de ajustes na Proposta/Plano de Trabalho, concedendo à proponente o prazo de 05 (cinco) dias para efetuá-las.
   2. Os documentos para habilitação jurídica e comprovação da regularidade fiscal, serão analisados pela Comissão de Seleção, sendo que o CAU/RS poderá solicitar ajustes e complementações da documentação, concedendo à proponente o prazo de 05 (cinco) dias para efetuá-las.
   3. Na hipótese de a proponente não atender aos requisitos de habilitação ou necessários para o termo de fomento, a Comissão de Seleção examinará os documentos da proponente imediatamente mais bem classificada, que poderá ser convidada a aceitar a celebração do termo de fomento, nos termos da Proposta/Plano de Trabalho por ela proposto.
   4. A proponente deverá manter a regularidade da documentação de habilitação e fiscal e deverá responsabilizar-se a enviar ao CAU/RS nova documentação em caso de vencimento ou alteração de algum dos documentos apresentados.
   5. A Comissão de Seleção realizará a seleção e aprovação da Proposta/Plano de Trabalho com o cronograma de desembolso, a habilitação jurídica e a verificação da regularidade fiscal das proponentes no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias a partir da data de abertura dos envelopes pela Comissão de Seleção, já considerado o prazo de 05 (cinco) dias que poderá ser concedido às proponentes para ajustes da Proposta/Plano de Trabalho ou na documentação para habilitação jurídica e comprovação da regularidade fiscal.

**Parágrafo único.** O prazo de 25 (vinte e cinco) dias para seleção e aprovação das propostas poderá ser prorrogado pelo Presidente do CAU/RS, mediante solicitação fundamentada da Comissão de Seleção.

* 1. A decisão da Comissão de Seleção acerca das propostas selecionadas, planos de trabalho e habilitação jurídica deverá ser publicada no portal de transparência do sítio oficial do CAU/RS.

1. **DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO DA SELEÇÃO**
   1. As proponentes que desejarem recorrer contra o resultado deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão.
   2. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo legal.
   3. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias corridos, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Presidente do CAU/RS, com as informações necessárias à decisão final.
   4. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento do recurso.
2. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório.
3. Não caberá novo recurso contra essa decisão.
   1. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do CAU/RS, responsável pela condução do processo de seleção.
   2. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
   3. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o CAU/RS homologará e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.
   4. A homologação não gera direito para a proponente à celebração do Termo de Fomento.
4. **DO PRAZO DE EXECUÇÃO**
   1. O prazo para a execução do objeto do Termo de Fomento será até o dia 30 de novembro de 2020.
5. **DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS**
   1. O cronograma de desembolso de recursos deverá ser apresentado junto com a Proposta/Plano de Trabalho.
   2. Os recursos recebidos pela proponente serão depositados em conta corrente ativa em instituição financeira pública, com o mesmo CNPJ informado na inscrição, na qual serão efetuados os pagamentos referentes ao patrocínio aprovado.
   3. A proponente deverá reservar uma conta específica para o patrocínio, com saldo inicial em zero, comprovado pela apresentação de extrato da conta, a fim de facilitar a prestação de contas ao final.
   4. A proponente deverá informar os dados bancários da conta específica para o patrocínio aprovado (Banco, nº do Banco, nº Agência e nº da conta corrente), em até 5 (cinco) dias antes da assinatura do Termo de Fomento, **conforme anexo nº 5.**
   5. Os recursos de patrocínio do CAU/RS não podem ser destinados à aquisição de bens ou materiais de uso permanente ou reformas em instalações, salvo os previstos no inciso IV do item 17.9.
   6. Os recursos de patrocínio serão devolvidos ao CAU/RS pelo proponente, proporcionalmente à etapa não executada, caso a proposta não seja executada na íntegra e em sua totalidade.
   7. Os recursos serão depositados pelo CAU/RS na conta da entidade proponente em até 30 dias após a Firmatura do Termo de Fomento **(anexo nº 6)**, e enquanto não forem empregados na finalidade indicada na proposta, devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira pública, sendo que em caso de devolução dos recursos ao CAU/RS, estes deverão ser restituídos com a respectiva atualização.
   8. Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do patrocínio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
   9. Poderão ser pagas com recursos vinculados ao patrocínio, desde que aprovadas na Proposta/Plano de Trabalho, as despesas com:
6. Remuneração da equipe encarregada da execução da Proposta/Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da proponente durante a vigência do patrocínio, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
7. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
8. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
9. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
   1. A inadimplência do CAU/RS não transfere à proponente a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.
   2. A inadimplência da proponente em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.
   3. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela proponente com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o CAU/RS.
   4. As parcelas dos recursos transferidos no patrocínio serão liberadas em conformidade com o cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:
10. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
11. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da proponente em relação às obrigações estabelecidas no termo de fomento; e
12. Quando a proponente deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo CAU/RS ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
13. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do patrocínio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CAU/RS, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas do responsável.
14. Toda a movimentação de recursos no âmbito do patrocínio será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
    1. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço. Contudo, se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie e/ou em cheque.
15. **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**
    1. Após a execução da Proposta/Plano de Trabalho, as proponentes prestarão contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias.
    2. As proponentes deverão manter a guarda dos documentos originais relativos à execução dos patrocínios pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.
    3. A prestação de contas será endereçada ao CAU/RS e conterá os seguintes documentos:
16. Ofício de encaminhamento da prestação de contas;
17. Relatório de execução do objeto, elaborado pela proponente, assinado pelo seu representante legal, contendo:
18. A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
19. A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
20. Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
21. Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida; e
22. Os elementos necessários para avaliação dos seguintes itens: impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros e da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.
23. Documentos de comprovação da realização de ações, tais como notas fiscais, faturas, recibos, fotos e vídeos, se for o caso;
24. Relatório de Execução Financeira do termo de fomento, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e a sua vinculação com a execução do objeto;
25. Relação de pagamentos efetuados;
26. Execução da receita e da despesa;
27. Conciliação bancária;
28. Cópia do extrato da conta bancária específica do período correspondente;
29. Comprovação da aplicação financeira dos recursos;
30. Termo de compromisso assinado pelo responsável, no qual conste a afirmação de que os documentos relacionados ao termo de fomento ou colaboração serão guardados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à manifestação conclusiva da prestação de contas final da parceria;
31. Demais documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, de acordo com a legislação vigente, tais como:
32. Comprovantes das transferências, que deverão ser procedidas em favor do credor da despesa paga;
33. Cópias dos cheques emitidos nominalmente em favor do credor da despesa paga, quando for o caso;
34. Guia de recolhimento do saldo dos recursos não aplicados;
35. Guia de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS), em decorrência de retenção obrigatória, quando for o caso;
36. Outros documentos, conforme a necessidade e o objeto do patrocínio concedido.
    1. O comprovante de despesa, deverá:
37. Estar preenchido com clareza e sem rasuras capazes de comprometer sua credibilidade e ainda deverá trazer anotado o número da parceria e conter a seguinte inscrição: “certifico ou declaro o recebimento das mercadorias/serviços”;
38. Se referente a gastos com publicidade escrita, estar acompanhado de cópia do material divulgado; se radiofônica ou televisiva, de gravação da peça veiculada;
39. No caso de aluguel autorizado na parceria, ser acompanhado de cópia do contrato de locação, em nome da proponente, na prestação de contas da primeira parcela de recursos repassados;
40. Demonstrar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), em nota fiscal de prestação de serviços, de profissional autônomo, quando for o caso;
41. No caso de pagamento de pessoal, deverá ser apresentada, na prestação de contas da primeira parcela, uma cópia do registro funcional de cada funcionário remunerado com recursos do patrocínio;
42. Apresentar demonstrativo detalhado as horas técnicas efetivamente realizadas nos serviços de assistência, de capacitação e promoção de seminários e congêneres;
43. Em caso de serviços de adequação de espaço físico, que caracterize serviços de engenharia ou arquitetura, apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de execução e de fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo profissional responsável; e
44. Em caso de contratação de serviços técnicos regulamentados por Conselho de Fiscalização Profissional, deverá ser apresentado o comprovante de habilitação no respectivo conselho.
    1. As notas fiscais conterão:
45. O nome, o endereço e o CNPJ da proponente;
46. A data de realização da despesa e a discriminação precisa de seu objeto, com identificação de dados, como tipo do material, quantidade, marca e modelo;
47. Os valores unitários e total das mercadorias adquiridas.
    1. A comprovação de despesa com serviços prestados por pessoa jurídica ou compras será feita mediante apresentação da nota fiscal correspondente, em primeira via, não sendo aceito recibo, salvo quando dispensadas por lei de sua emissão, com indicação expressa do enquadramento de um dos itens na Proposta/Plano de Trabalho.
    2. As prestações de contas serão avaliadas:
48. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos na Proposta/Plano de Trabalho;
49. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
50. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
51. Omissão no dever de prestar contas;
52. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos na Proposta/Plano de Trabalho;
53. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
54. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
    1. A decisão sobre a prestação de contas final caberá ao Presidente no CAU/RS, na medida em que é a autoridade responsável por celebrar a termo de fomento, ou ao agente a ele diretamente subordinado, vedada a subdelegação.
    2. A proponente será notificada da decisão acerca das contas e poderá:
55. Apresentar recurso, no prazo de trinta dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de trinta dias, encaminhará o recurso ao Plenário do CAU/RS para decisão final no prazo de trinta dias; ou
56. Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável, no máximo, por igual período.
    1. Constituirá irregularidade grave, lesiva ao erário, sujeitando a proponente ou o seu responsável à tomada de contas especial:
57. Deixar de prestar contas ao CAU/RS no prazo estabelecido;
58. Não restituir ao CAU/RS:
59. Os recursos financeiros não aplicados ou aplicados irregularmente na execução do patrocínio ou apoio institucional ou na execução de seu objeto; ou
60. Os equipamentos, veículos ou máquinas cedidos, na forma e para fins previstos na legislação vigente, uma vez encerrado o motivo da cessão.
61. Destinar recursos provenientes do patrocínio ou apoio institucional para:
62. Gastos cuja competência de realização seja anterior ou posterior à data da vigência do patrocínio ou apoio institucional; e
63. Finalidade alheia ao objeto da parceria.

**Parágrafo único.** O recolhimento ao erário dos recursos em razão de ocorrência de situação prevista nesse artigo dispensa a instauração de tomada de contas especial, mas não desonera o titular da proponente da possibilidade de responder por eventual ato ilícito cometido.

* 1. O CAU/RS apreciará a prestação de contas no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data do seu recebimento u do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

1. A definição do prazo para apreciação da prestação de contas será estabelecida, fundamentalmente, de acordo com a complexidade do objeto.
2. O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado, no máximo, por igual período, desde que devidamente justificado e não ultrapasse o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.
3. § 3º. O transcurso do prazo definido nos termos do *caput*, sem que as contas tenham sido apreciadas:
4. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
5. Nos casos em que não for constatado dolo da proponente ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pelo CAU/RS, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
   1. Vencido o prazo legal e não tendo sido prestadas as contas devidas, o gestor dos patrocínios notificará a proponente em até 05 (cinco) dias úteis para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente e acrescidos dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro.
6. O prazo para manifestação da proponente é prorrogável por igual período, desde que requerida por intermédio de pedido formal e fundamentado.
7. Se não prestadas as contas ou se não aprovadas, o gestor dos patrocínios determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos relativos ao patrocínio ou apoio institucional e também concernentes a outras parcerias vinculadas e comunicará ao Presidente do CAU/RS.
8. Terá efeitos de não apresentada a prestação de contas:
9. Com documentação incompleta;
10. Com documentos inidôneos para comprovar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos;
11. Quando não executada a contrapartida; e
12. De que se constate fraude na execução do patrocínio.
13. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
    1. O ato de inscrição pressupõe plena concordância de todos os termos deste Edital.
    2. Os resultados de todas as fases do Processo de Seleção são soberanos, ficando a critério do CAU/RS modificar datas de publicação das fases de seleção sem aviso prévio, não cabendo recursos quanto às datas estabelecidas.
    3. Os documentos, as fotos e os materiais de divulgação do objeto do Patrocínio deverão ser entregues também em arquivo digital.
    4. Fica estabelecido o portal da internet <http://www.caurs.gov.br>, para a divulgação de quaisquer informações sobre a presente Chamada Pública, sem prejuízo da utilização de outros veículos de comunicação, oficiais ou não, de que o CAU/RS venha a dispor.
    5. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
    6. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das proponentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte do CAU/RS.
    7. O CAU/RS reserva-se o direito de divulgar o Patrocínio e de utilizar, quando julgar oportuno, imagens e produtos da proposta em suas ações e peças de comunicação institucional, bem como em seu portal na internet, sem qualquer ônus adicional à quota de patrocínio ajustada. Dessa forma, os termos contratuais entre o responsável pela proposta e os demais envolvidos devem contemplar a extensão da cessão de direito de utilização de imagens, ilustração, voz, fotografia, fotografado, fotógrafo e produtos para as ações de comunicação do CAU/RS, quando for o caso.
    8. As propostas não selecionadas ou inabilitadas no âmbito dessa Chamada Pública não serão apoiadas pelo CAU/RS por outra modalidade de concessão de apoio institucional, sendo a excepcionalidade submetida à decisão superior.
    9. Pela execução da parceria em desacordo com a Proposta/Plano de Trabalho e com as normas da Lei n.º 13.019/2014, o CAU/RS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à proponente as sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos aplicados à espécie.
    10. A inobservância das formalidades da Lei n.º 13.019/2016 e dos regulamentos aplicados à espécie, é considerada ato de improbidade administrativa, conforme Lei n.º 8.429/1992.
    11. Durante a vigência do Termo de Fomento, se houver qualquer alteração na proposta inicial (apresentada no Formulário de Solicitação de Patrocínio) a proponente deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, submetê-la(s), a aprovação do CAU/RS, por meio de ofício dirigido ao Presidente.
14. Deverão ser cumpridas, no que tange à prestação de contas e à regularidade do referido processo, a Lei n.º 13.019/2014, o Decreto n.º 8.726/2016, a Resolução n.º 94 do CAU/BR, bem como as demais normas vigentes.
15. Caso não ocorra a aprovação da(s) alteração(ões), a proponente ficará obrigada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a devolver o valor já depositado pelo CAU/RS.

Os casos não previstos no edital, quando se tratarem da seleção das propostas, serão respondidos pela Comissão de Seleção. Todos os outros, serão solucionados pelo Presidente.

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2019.

**Tiago Holzmann da Silva**

Presidente do CAU/RS

1. Base Normativa: art. 35 da Portaria Normativa nº 014/2018 – CAU/RS e itens 1.1 e 12.1 deste Edital. [↑](#footnote-ref-1)
2. Base Normativa: art. 8º da Portaria Normativa nº 014/2018 – CAU/RS e itens 9.1 e 9.2 deste Edital. [↑](#footnote-ref-2)
3. Base Normativa: art. 11 da Portaria Normativa nº 014/2018 – CAU/RS e item 2.1 deste Edital. [↑](#footnote-ref-3)
4. Base Normativa: art. 45 da Portaria Normativa nº 014/2018 – CAU/RS e item 14.16 deste Edital. [↑](#footnote-ref-4)
5. Base Normativa: art. 48 da Portaria Normativa nº 014/2018 – CAU/RS e item 15.1 deste Edital. [↑](#footnote-ref-5)
6. Base Normativa: art. 50 da Portaria Normativa nº 014/2018 – CAU/RS e item 15.3 deste Edital. [↑](#footnote-ref-6)
7. Base Normativa: art. 51 da Portaria Normativa nº 014/2018 – CAU/RS e item 15.4 deste Edital. [↑](#footnote-ref-7)
8. Base Normativa: Item 17.3 e 17.4 deste Edital [↑](#footnote-ref-8)